

**REPRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO:
CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO JOR-
NALISMO**

GISELLE FREIRE COELHO
FACULDADE CÁSPER LÍBERO
SÃO PAULO, BRASIL
FREIRE.GISELLE@GMAIL.COM

ANA COIRO
FACULDADE CÁSPER LÍBERO
SÃO PAULO, BRASIL
ALCMORAES@CASPERLIBERO.EDU.BR

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.5902/2316882X31303](http://dx.doi.org/10.5902/2316882X31303)

REPRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO: CAMINHOS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO JORNALISMO

Resumo: Com base em estudos de Hall, Woodward e Medina, o artigo resalta a importância do jornalismo como grande influenciador na construção de representações inclusivas de crianças com deficiências na sociedade. A análise cultural da reportagem da Revista Época, sobre microcefalia em bebês de mães que contraíram Zika durante a gravidez sugere o Jornalismo Interpretativo como um possível caminho inclusivo.

Palavras-chave: Identidade. Representação. Jornalismo Interpretativo. Inclusão.

REPRESENTACIÓN E INTERPRETACIÓN: CAMINOS PARA LA INCLUSIÓN DE NIÑOS CON DISCAPACIDADES EN EL PERIODISMO

Resumen: Con base en los estudios de Hall, Woodward y Medina, este artículo resalta la importancia del periodismo como influyente en la construcción de representaciones inclusivas de niños con discapacidades en la sociedad. El análisis cultural del reportaje, en la Revista Época, sobre microcefalia en bebés de madres que contrajeron a Zika durante el embarazo sugiere el Periodismo Interpretativo como posible camino inclusivo. Palabras clave: Identidad. Representación. Periodismo Interpretativo. Inclusión.

REPRESENTATION AND INTERPRETATION: PATHS FOR INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN JOURNALISM

Abstract: Based on studies by Hall, Woodward and Medina, this article highlights the importance of journalism as major influencer in building inclusive representations of children with disabilities in society. The cultural analysis of the report on microcephaly in infants of mothers who contracted Zika during pregnancy, published in Época Magazine, suggests Interpretive Journalism, of dialogic principles, as a possible path.

Keywords: Identity. Representation. Interpretive Journalism. Inclusion.

1 DA REPRESENTAÇÃO À INTERPRETAÇÃO

Construímos nossas representações de mundo por meio de nossa linguagem. “A realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela: e o que nós podemos saber e dizer tem de ser produzido no discurso e através dele” (HALL, 2003, p. 392). Podemos dizer talvez que o não dito é, então, uma inexistência, uma invisibilidade, um silêncio. Este silêncio pode acontecer de muitas formas, e algumas delas nascem do confronto com o desconhecido, o diferente. O encontro com o diferente é o encontro com o julgamento daquilo que não nos é familiar, com o desconfortável, com o que está fora dos padrões, o outro.

No entanto, é dessa diferença em relação ao outro, que nasce nossa identidade. Segundo Woodward (2000, p. 40), “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social”. Nossas identidades nascem dos discursos, da linguagem, da representação da realidade e do esforço de dar sentido àquilo que somos, sempre em relação ao outro, “assim, a construção da identidade é tanto simbólico quanto social” (WOODWARD, 2000, p. 10).

É imperativo então que o silêncio seja quebrado e que possamos construir lugares a partir dos quais os indivíduos possam se posicionar, falar e serem ouvidos, construindo sistemas de representação pelos quais possamos julgar “o mundo de maneira relativamente similar, [...] construir uma cultura de sentidos compartilhada e, então criar um mundo social que habitamos juntos” (HALL, 2016, p. 36).

Crianças com deficiências no mais das vezes não são vistas, ouvidas ou lidas, pois fazem parte do outro, o diferente, o invisível. E quando as crianças aparecem nos discursos, suas representações são estereotipadas. Conforme Bhabha (1998, p. 193) nos indica, esses estereótipos não são uma simplificação por serem falsos. Entretanto, são

[...] uma simplificação porque é uma forma de representação fixa e interrompida que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), cria um problema para a representação do sujeito em acepções de relações psíquicas e sociais.

Hall (2016) aponta que um intercâmbio de sentidos e “compartilhamento de significados” entre as pessoas, grupos ou sociedades de modo que “interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante” (HALL, 2016, p. 20), pode ser construído por meio de

[...] uma variedade de mídias; especialmente, nos dias de hoje, na moderna mídia de massa, nos sistemas de comunicação global, de tecnologia complexa, que fazemos sentidos circularem entre diferentes culturas numa velocidade e escala até então desconhecidas na história (HALL, 2016, p. 22).

Podemos dizer, então, que o jornalismo, enquanto narrativa midiática, pode dar suporte ao compartilhamento de ideias que nos leve a atenuação do silêncio e do preconceito.

A prática de um jornalismo que considere que “o encontro com o Outro é imediatamente minha responsabilidade por ele” (LEVINAS, 2010, p. 130) pode realmente influenciar a nos tornarmos seres humanos mais compreensivos, inclusivos e abertos ao diálogo pois “a verdadeira compreensão não se cansa do diálogo interminável nem dos ‘círculos viciosos’, porque ela confia que a imaginação acabará por obter pelo menos um vislumbre da luz sempre assustadora da verdade” (ARENDRT, 2008, p. 345).

Este artigo baseia-se na ideia de que o jornalismo que enxerga o outro, conforme descrito anteriormente, é o jornalismo interpretativo, de alma compreensiva e natureza que nos guia pela representação dos fatos de modo não preconceituoso ou estigmatizante pois: “a distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade, é percorrida pelo esforço de interpretação – o conceito mais geral do que significa interpretar” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 13).

Metodologicamente, promovemos uma análise cultural, que “se ocupa das relações entre [padrões], que às vezes revelam identidades e correspondências inesperadas entre atividades até então consideradas em separado” (WILLIAMS, 2003, p. 56). Para tanto, selecionamos reportagem em profundidade, publicada na revista *Época*, sobre microcefalia, que desde 2015 vem atingindo bebês de mães que contraíram o vírus Zika.

E, felizmente, alguns jornalistas vêm ampliando esta pauta com outras questões importante sobre crianças com deficiências, propondo discussões muito relevantes, interpretando os fatos no tempo e no espaço, enri-

quecendo o debate social e ajudando a quebrar barreiras.

2 IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E MÍDIA

Compartilhamos conceitos e visões de mundo por meio da nossa linguagem. Nela, significamos e produzimos sentidos, e assim podemos organizar a sociedade e o que nos cerca.

Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais (HALL, 2016, p. 16).

As narrativas fundadas na linguagem são a base da representação que produzimos e compartilhamos das coisas que nos cercam, nossas ideias e sentimentos: “as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21).

Segundo o próprio Hall (2016, p. 32), são estas narrativas, enquanto formações discursivas, que definem o que consideramos útil, relevante e “verdadeiro”, assim como quais sujeitos personificam essas características. Assim, os sujeitos são valorados a partir dos sentidos que atribuímos a eles em nossas narrativas compartilhadas e “reguladas pelos diferentes discursos (legitimados, naturalizados, emergentes ou marginalizados) que circulam, colidem e articulam-se num determinado tempo e lugar” (FREIRE FILHO, 2005, p. 21).

A representação inclui todos os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados que produzimos e compartilhamos dão sentido às nossas experiências e àquilo que já somos ou podemos nos tornar, sugere Woodward (2000, p. 17). A representação que criamos e compartilhamos das crianças com deficiências dá vida às suas identidades, e o processo pelo qual identificamos essas crianças nasce da autoridade de um poder dominante sobre as minorias – “conceito usado, aqui, para abarcar todo grupo social cujas perspectivas e vozes são marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de significação dominantes numa sociedade

ou cultura” (FREIRE FILHO, 2005, p.18).

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação (SILVA, 2000, p. 91).

A identidade é marcada pela diferença, que é sustentada pela exclusão (WOODWARD, 2000). De fato, quando, do alto do poder hegemônico, dividimos o mundo entre crianças com e sem deficiência, elas passam a ser caracterizadas. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade, está presente o poder de incluir ou excluir, de determinar quem está dentro e quem está fora. É uma forma de demarcar fronteiras, de classificar e valorar o sujeito.

Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nós e eles (por exemplo, sérvios e croatas); eu/outro (WOODWARD, 2000, p. 40).

Woodward (2000, p. 20) afirma que as práticas de significação que envolvem relações de poder “fornecem novas formas de dar sentidos à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados”. Já Bhabha (1998, p. 193) nos traz como exemplo destas produções de conceitos simbólicos e como forma de controle social de demarcação de fronteiras, estereótipos, que são criados como um impedimento da ampliação de conceitos: “o estereótipo impede a circulação e a articulação do significante ‘raça’ como qualquer outra coisa a não ser a sua permanência em forma de racismo. Já sabemos que os negros são devassos, os asiáticos, enganosos [...]”.

Freire Filho (2005, p. 20) nos ajuda a seguir nesta reflexão suscitando outras questões: “em que medida a estigmatização, a folclorização, a exotização afetam a autoestima de indivíduos e grupos estereotipados, gerando eventuais sentimentos de embaraço e ressentimento em relação à

sua identidade social [...]?”. Podem, então, crianças com deficiência serem inseridas na sociedade por meio do combate a um discurso estereotipado e preconceituoso para criar suas próprias identidades?

Crianças com deficiência, desde a Antiguidade Clássica – muitas, na Grécia e depois em Roma, foram mortas por causa de suas deficiências – são identificadas como indesejadas, e que não deveriam existir. Uma vergonha. O mais triste é que esse tipo de olhar não pertence ao passado. Nossa sociedade está imersa num olhar preconceituoso que cria barreiras e dificulta cada vez mais a vida dessas crianças. É recorrente um olhar único que recusa e invisibiliza as identidades daqueles que não são ditos “normais”. Tal tendência tem contribuído para o reforço de estereótipos, mas, conforme nos indica Woodward, podemos, sim, criar um novo olhar sobre os sujeitos considerados “outros”.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, elas podem ser celebradas como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...] (WOODWARD, 2000, p. 50).

O jornalismo tem um papel fundamenta na construção desse novo olhar, e a mídia como um todo “é nosso ponto de acesso privilegiado para o centro ou núcleo da sociedade, a teoria do que está *acontecendo* no mundo mais abrangente é acessível, primeiramente, por meio de uma porta com a placa mídia” (COULDRY, 2010, p. 55).

3 POR UM JORNALISMO QUE PROMOVA A INCLUSÃO

A teoria “mito do centro mediado” de Nick Couldry nos orienta no sentido de que, para mudarmos algo em nossa sociedade, a utilização dos *media* é imprescindível.

Cerqueira (2014) avança ainda mais na discussão, quando fala sobre igualdade de gênero e a influência do jornalismo como uma mídia que pode ajudar na compreensão das diferenças:

Enquanto formadores da opinião pública, os meios de comunicação social assumem um papel fundamental na (re)construção de identidades e (inter)subjetividades, pelo que a forma como incorporam as questões relacionadas com a igualdade de géne-

ro nas suas práticas organizacionais adquire suma importância. (...). No campo mediático, o jornalismo constitui uma área de indubitável relevância uma vez que possui a capacidade de determinar o acesso aos acontecimentos e de influenciar a compreensão das/os cidadãs/ãos sobre diferentes problemáticas (CERQUEIRA, 2014, p. 7).

Segundo Hall (2016, p. 22), “o sentido é também produzido em uma variedade de mídias”, o que, na contemporânea era multimídia, “abre a representação para o constante ‘jogo’ de deslizamento do sentido, para a constante produção de novos sentidos, novas interpretações” (HALL, 2016, p. 60).

Sendo assim, os sentidos que desejamos criar quando comunicamos dependem de sua interpretação, ou seja, da utilização de códigos que possam ajudar as pessoas a compreenderem verdadeiramente os significados, sem a criação de estereótipos e preconceitos.

Desenvolvimentos posteriores reconheceram a natureza necessariamente interpretativa da cultura e o fato de que interpretações nunca produzem um momento final de absoluta verdade. Em vez disso, interpretações são sempre seguidas por outras interpretações, em uma cadeia infinita (HALL, 2016, p. 77).

Desse modo, a interpretação é fundamental para a construção de uma sociedade plural, com uma visão diversificada e promotora de justiça. E o jornalismo pode ser um dos promotores desta visão junto aos diversos atores sociais no processo da comunicação midiática já que “a distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade, é percorrida pelo esforço de interpretação” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 13).

O jornalismo interpretativo pode ser capaz de orientar o leitor sobre a realidade contemporânea na busca de fatos detalhados e contextualizados, trazendo à tona uma pluralidade de discursos que fortalece o debate social.

A abordagem jornalística de um fato objetivo (notícia) se amplia no domínio da interpretação. Pode-se estabelecer um paralelismo entre o conceito de interpretação e jornalismo interpretativo. Não se contentar com um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas buscar um aprofundamento: isto é, fazer jornalismo interpretativo. Para MacDougall, são os bas-

tidores da ação, sentido dos fatos, significado das ocorrências, relevância das correntes de acontecimentos. Jornalismo interpretativo se situa perfeitamente no conceito moderno de interpretação como esforço de reconstituição do real pela dissecação das forças que lhe dão sentido (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 15).

Pode-se dizer, então, que o jornalismo interpretativo possui ferramentas para pensar as crianças com deficiências de forma inclusiva e dialógica, promovendo o reconhecimento das identidades, subjetividades e experiências; valorizando o assunto deficiência de uma forma geral, e operando como agente facilitador da troca de informações, colocando em pauta questões anteriormente silenciadas a partir de nossa herança discriminatória.

4 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Vivemos constantemente bombardeados por informações onde quer que estejamos. E, embora valiosa, essa enxurrada de informação pode provocar em nós um sentimento de impotência e até mesmo a sensação de estarmos perdidos nesse mar de palavras e imagens, áudios e vídeos. Vivemos na era do imediatismo, no período que Marc Augé (2006, p. 104) denominou de sobremodernidade, que é marcado pelos excessos de acontecimentos, imagens e referências espaciais e individuais:

A situação sobremoderna amplia e diversifica o movimento da modernidade; é signo de uma lógica do excesso e eu estaria tentado a mensurá-la a partir de três excessos: o excesso de informação, o excesso de imagens e o excesso de individualismo.

Augé (2006) assinala que, neste período de sobremodernidade, perdemos a categoria do outro. A relação com o outro é minimizada em detrimento da relação com nós mesmos – não temos tempo para estar/parar, estamos de passagem, em viagem, por um espaço onde a ação racional se impõe à vida de qualquer coisa.

No campo midiático, Augé (2006, p. 105) amplia a questão afirmando que “a comunicação se produz na velocidade da luz”, o importante é o que chega até nós o mais rápido possível. Não podemos perder nada do que se passa a nossa volta, nem mesmo que isso signifique sacrificar a checagem dos fatos e das pessoas, pois perdemos o outro. Raras as ve-

zes em encontramos uma apuração detalhada dos acontecimentos e dos personagens, acompanhada de análises ao mesmo tempo precisas e profundas, longe do superficialismo que vem se multiplicando na mídia em geral. Para Medina (2004, p. 7), “os atuais meios de divulgação acentuam a incomunicação”. Produzimos muita informação e pouca compreensão do que essas informações significam (ou podem vir a significar) em nossas vidas e no mundo.

No entanto, talvez, esse caos de informação possa ser superado por meio do diálogo, como nos aponta Medina (2004, p. 54):

As práticas dialógicas requerem generosidade, empenho e ação criativa. Talvez por isso constituam a saída em qualquer emergência da crise. Os impasses, as impotências ou os paradoxos do caos só projetam um encaminhamento dinâmico se houver diálogo.

E o resgate da compreensão e do humano pode ser feito por meio do Jornalismo Interpretativo e da mediação de um jornalista focado em tecer múltiplas vozes e múltiplos significados em uma narrativa.

Na passagem de um jornalismo puramente informativo para jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretam o fato nuclear, através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 25).

Buscar o humano nos ajuda a compreender os fatos, nos faz predispostos a abraçar a alteridade. Segundo Levinas (1900, p. 23) “compreender o instrumento não consiste em vê-lo, mas em saber manejá-lo; compreender nossa situação no real não é defini-la, mas encontrar-se numa disposição afetiva, compreender o ser é existir”. A disposição do jornalista de “ir ao encontro das vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas sim com os afetos e simpatias da compreensão” (MEDINA, 2004, p. 57), transforma a visão já que o “imaginário dos afetos transcende as lógicas consistentes, enlaça os desprotegidos e dá voz aos

Rev.Cad.Comun. Santa Maria, v.22, n.2, art 11, p.247 de 256, maio/ago.2018

sufocados” (MEDINA, 2004, p. 58).

O Jornalismo Interpretativo analisa os fatos dando oportunidade para que os leitores, tirem suas conclusões, possam juntar fatos e sintam que este mar de informações não vá “engoli-los”. Segundo Luiz Beltrão (1976, p. 27), é no jornalismo interpretativo que “informações de ideias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”. Seguindo o mesmo conceito, “a interpretação procura encontrar o sentido das diferentes forças que atuam num fenômeno, enquanto a avaliação procura atribuir valores a esse sentido. Diferença significativa entre interpretar e opinar” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 15).

O Jornalismo Interpretativo se vale da análise do fato segundo um mapa completo de contextos relacionados, numa constante busca da forma de “narração mais elaborada que os relatos-fórmula da notícia, torna-se indispensável para estruturar uma reportagem interpretativa” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 25). A criatividade e a inovação são indispensáveis para que a interpretação seja feita de maneira completa pelos leitores: “Do relato direto da notícia tradicional, numa estrutura hierárquica das informações quase sempre padrão, parte-se para técnicas narrativas mais criadoras. Foge-se aí das fórmulas para criar formas particulares, inovadoras, artística” (1973, p. 25).

Segundo Hannah Arendt (2008, p. 345), “a dádiva do ‘coração compreensivo’ corresponde à faculdade da imaginação. Distinta da fantasia, que sonhavam algo, a imaginação diz respeito às sombras do coração humano e à densidade que cerca todo o real”. Então, essa a compreensão que precisamos compartilhar por meio destas reportagens, precisa sim de imaginação, principalmente quando falamos sobre o relato do humano. Nesse momento, quando por meio da compreensão e da imaginação alguém se coloca no lugar do outro, a interpretação atinge seu grau mais dialógico, quando as vozes são realmente ouvidas e as particularidades e experiências pessoais são ressaltadas.

[...] pesa para o leitor de uma narrativa o grau de identificação com os anônimos e suas histórias de vida. De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano. Descobrir esta trama dos que não têm voz, reconstituir

o diário de bordo da viagem da esperança, recriar os falares, a fratura dos que passam ao largo dos holofotes da mídia convencional [...] (MEDINA, 2004, p. 52).

Medina (1973) nos ensina, então, que é na busca do humano no fato jornalístico, das histórias de vida do momento presente, onde se encontra a verdadeira dialogia capaz de descobrir e aflorar os que não têm voz, reconstruindo a esperança daqueles invisíveis aos olhos da mídia convencional.

5 INTERPRETANDO A MICROCEFALIA

Para que seja possível demonstrar a importância de uma reportagem interpretativa no intuito de trazer a compreensão e o diálogo para a sociedade, por meio do jornalismo, analisamos reportagem da Revista Época¹, no 921 de 8 de fevereiro de 2016, sobre mulheres que contraíram o Vírus Zika durante suas gestações e, mais amplamente, sobre as doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*.

Veiculada na Editoria “Vida” e em uma série chamada “Dilemas da Saúde”, a reportagem de 23 páginas é dividida em quatro partes. Na primeira delas, no lugar do título, está a fala de uma mãe, Pollyana, que deu à luz a seu filho Luiz Phillipe com microcefalia, por ter contraído o vírus Zika com 8 meses de gravidez: “Ele me ensina novas formas de amor”. Este título diz muito sobre a reportagem, que leva o leitor ao encontro do outro desde o começo.

A história de Pollyana, Mariana e Gisele é escrita por meio de vários conceitos descritos por Medina e Leandro (1973) como autênticos meios de interpretar um acontecimento. O acontecimento central é a epidemia do vírus da Zika que já vinha causando milhares de casos de microcefalia no Brasil. Mas a particularização do fato nas histórias das três mulheres de forma humanizada e afetuosa é que torna essa reportagem interpretativa. Contando a história dessas mulheres, os jornalistas nos proporcionam uma compreensão do que é

[...] ir-ao-encontro-do-outro, não tomando o outro como ISTO, objeto em que imprimirei, a ferro e fogo, o meu EU. Como diz

1 Revista semanal da Editora Globo, que em fevereiro de 2016, mês em que a Edição da reportagem analisada foi veiculada, vendeu 360.766 exemplares.

Martin Buber, o TU está pleno de mistérios a serem sondados. À media que EU busco a TI, me projeto por inteiro, me perco e me acho, me revelo no ENTRE o EU e o TU (MEDINA, 2004, p. 44).

A forma como as histórias são contadas e entrelaçadas sempre sob a perspectiva do olhar das mulheres faz com que a reportagem seja ainda mais compreensiva:

Aos 26 anos e grávida pela terceira vez, a carioca Pollyana Rabello, já conhecia o trajeto a percorrer na madrugada de 28 de dezembro. As contrações fortes e frequentes não a deixaram dormir. Exausta após 48 horas de dor persistente, Pollyana foi encaminhada ao centro cirúrgico de um hospital em Niterói, cidade vizinha ao Rio de Janeiro. [...] Ouviu o choro do filho e sentiu o êxtase da maternidade. O torpor raro foi interrompido pela notícia que mudaria sua vida: “Mãezinha, seu filho nasceu com microcefalia”, disse o médico, sem rodeio. Naqueles dias em que Pollyana se preparava para o parto, outra gestante varava noites à caça de orientação. Ao longo de dois meses, a terapeuta capilar Mariana Mendonça, de 33 anos, comparecera dia sim, dia não a um laboratório no bairro de Bangu, no Rio de Janeiro, para exames de controle de ovulação. [...] Mariana cansou de namorar mecanicamente. Interrompeu o acompanhamento médico – e aí, sim, engravidou. Soube logo com um mês de gestação e a paz durou poucas semanas. Aos dois meses de gravidez, seu corpo foi tomado por manchas vermelhas, dores fortes e febre moderada. [...] Em dezembro, Mariana apenas começava a enfrentar a torrente de dúvidas que já se abatera, por meses, sobre a paulista Gisele de Lima. Ela chegou sem respostas ao Hospital Universitário de Jundiaí, no interior de São Paulo, às 10 horas de 17 de dezembro. Por quase seis horas, trabalhou o parto de sua menina. A cada contração, vinham a dor, normal, e a angústia, que não deveria ser (RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 48).

Entremeada às histórias temos ainda algumas perguntas e respostas sobre as principais dúvidas levantadas por essas três mulheres ao longo de suas histórias, e respondidas por especialistas.

Em sua segunda parte, a reportagem focaliza a questão jurídica e ética da permissão ou não do aborto em mulheres vítimas de Zika, o que demonstra mais uma característica do Jornalismo Interpretativo, descrita por Medina e Leandro (1973), quando o fato noticioso principal é ampliado por outros fatos complementares que trazem um histórico completo e/ou uma pesquisa a fundo sobre o tema. Mais uma característica importan-

te encontrada nessa mesma parte é a questão da reportagem “se valer de entrevistas e enquetes com fontes especializadas para captar opiniões mais aprofundadas sobre o fato” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 46), já que logo após a discussão do fato da lei do aborto ser estendida para grávidas que contraíram o Zika, a reportagem traz a opinião, em forma de artigo, de duas especialistas, uma contra, e outra a favor da mudança da lei.

Na terceira parte da reportagem, surge mais uma característica do Jornalismo Interpretativo, pois o texto “[contêm] informações que reconstituem o passado do fato nuclear, apresentando suas raízes e interpretando numa perspectiva de tempo mais ampla” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 45), contando com pesquisas documentais. Nesta parte é possível, ainda, marcadamente apreciar a narrativa criativa pela qual os fatos são apresentados: o repórter usa como narrador o próprio mosquito, aliás a fêmea do mosquito, que narra suas aventuras enquanto os jornalistas acompanham agentes de saúde e militares numa incursão ao bairro Vila Sônia, em São Paulo, na tentativa de erradicar os focos do *Aedes Aegypti*, transmissor não apenas do Zika, mas também da Dengue, Febre Amarela e Chicungunya.

E o jornalismo interpretativo dá mais oportunidade à expressão que o noticiário. Linguagem expressiva se opõe a padrão pela criatividade artística que envolve. O padrão não desaparece – a clareza continua exigindo padrões gerais de leitura – mas a criação acrescenta formas, especialmente sintáticas, mais flexíveis (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 39).

Na última parte da reportagem, chamada “Por que estamos perdendo a guerra”, os jornalistas promovem uma profunda análise, com inúmeros dados, números e gráficos da situação da saúde e do saneamento básico no Brasil, que terminou por contribuir para a situação de calamidade que vivemos hoje:

A irregularidade no abastecimento de água e a falta crônica de esgoto encanado estão associados a outro problema estrutural: a urbanização caótica pela qual as cidades brasileiras passaram nas últimas décadas. O crescimento desordenado empurrou 11 milhões de brasileiros – 6% da população – para moradias precárias nos grandes centros urbanos. Para o *Aedesaegypti*, as instalações são perfeitas para a reprodução (BUSCATTO, 2017, p. 66)

Por fim, complementando a situação no Brasil, os jornalistas entrevistaram o Diretor da Organização Mundial da Saúde, Bruce Aylward, que falou sobre a situação do vírus Zika em escala mundial. “[...] Aylward procura conter o alarmismo, ao mostrar que o zika nada tem a ver com a alta letalidade do implacável ebola. Aylward afirma que, apesar da preocupação, o zika não é uma ameaça aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.”

Nesta reportagem, podemos identificar as principais características que também Sodré e Ferrari, corroborando o pensamento de Medina e Leandro, enumera como a melhor forma de se fazer reportagem em profundidade: “a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista d) objetividade dos fatos narrados” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 15). Isso porque, trata-se de uma narrativa que privilegia o olhar sobre os sujeitos, cujos nomes e problemas têm sim visibilidade, e, que por meio de dados e informações complementares, imprime objetividade aos acontecimentos que relata.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiências devem ter suas necessidades atendidas. O jornalismo tem um papel fundamental na promoção de atitudes positivas, na inclusão e representação de pessoas portadoras de deficiências na sociedade. A informação é uma grande aliada contra o preconceito, e se ela for interpretada de forma compreensiva e dialógica, decerto poderá transformar e gerar representações positivas nessas pessoas. Mas, enquanto insistirmos na “competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Se os meios são de comunicação que se encare então o que é comunicar, interligar” (MEDINA 2004, p. 6).

As dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências hoje, no Brasil e no mundo, são inúmeras, principalmente no dia a dia. Problemas para se locomover, para conseguir um emprego, até para encontrar uma escola que possa acolher crianças com deficiências de forma realmente inclusiva. Não existem no país políticas efetivas de inclusão que viabilizem os planejamentos de urbanização, de acessibilidade, de educação, saúde, esporte e cultura, e que apresente metas para que possamos alcançar o objetivo de resguardar os direitos dos portadores de deficiência.

Para que uma consciência crítica sobre o mundo seja despertada na sociedade, e as crianças com deficiências sejam representadas, é necessário não somente tornar público os acontecimentos; é necessário esmiuçar as circunstâncias, suas histórias, seus personagens. Só assim, poderemos ter o “quadro completo” e formar nossas opiniões.

As narrativas jornalísticas interpretativas e compreensivas que buscam um verdadeiro encontro com o Outro, talvez sejam capazes de influenciar a sociedade para uma realidade mais justa e igualitária, com o princípio do respeito a qualquer tipo de diferença e acolhendo o Outro como parte de si mesma. Em outras palavras, que se alarguem os horizontes de inclusão, equidade e democracia.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismos. São Paulo: Cia. das Letras / Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AUGÉ, M. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 99-117.

BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**. Editora Sulina: Porto Alegre. 1976. 20 edição.

BHABHA, H. K. **A outra questão**: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUSCATTO, M. Por que estamos perdendo a guerra. In. **Época**, São Paulo, n.921, p. 64-67, fev. 2016

CERQUEIRA, C. et al. Introdução e Parte I. In _____. **De outro gênero**: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade CECS/Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho. Braga, Portugal: dezembro 2014 (p. 7-24). Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33043/1/E-book_jornalismo_inclusivo.pdf> Acesso em 18 jun. 2017.

COSTA, A.C. “Há preocupação com o zika, não alarmismo”. In. **Época**, São Paulo, n.921, p. 68-70, fev. 2016

COULDRY, N. A Mídia tem futuro? In. **Matrizes**. Ano 4, Nº 1 jul./dez. 2010. São Paulo – Brasil. p. 51-64.

FREIRE FILHO, J. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. In. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 28, dezembro 2005. p. 18-29. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3333> Acesso em 16 jun.2017.

GRILLO, C. Grávida vítima de zika deve ter direito ao aborto? In. **Época**, São Paulo, n.921, p. 54-57, fev. 2016

HALL, S. Codificação/Decodificação. In _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 [1996]. p. 387-404.

HALL, S. O papel da representação. In _____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio/Apicuri, 2016.

- LEVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MEDINA, C. **Entrevista**: o diálogo possível. Editora Ática: São Paulo. 2004. 40 edição.
- MEDINA, C.; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente** (Jornalismo Interpretativo). São Paulo: Média, 1973.
- MEDINA, Cremida. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- RIBEIRO, A. TAVARES, F. “Ele me ensina novas formas de amor”. In. **Época**, São Paulo, n.921, p. 48-53, fev. 2016.
- SEGATTO, C. Valeu, Brasil. Continue assim. In. **Época**, São Paulo, n.921, p. 58-63, fev. 2016
- SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SODRÉ, M; FERRARI, M. H. **Técnica de Reportagem**: Notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- WILLIAMS, Raymond. 2003. **La larga revolución**. Buenos Aires, Nueva Visión.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Giselle Freire Coelho

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Contemporaneidade na Faculdade Cásper Líbero. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e MBA em Marketing pelo IBMEC - RJ (2005).
E-mail: freire.giselle@gmail.com

Ana Coiro

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero (FCL).
E-mail: alcmoraes@casperlibero.edu.br

RECBIDO EM: 29/04/18

ACEITO EM: 25/05/18